



REVISÃO TRIBUTÁRIA PARA EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO REGIME DO SIMPLES NACIONAL

TAX REVISION FOR SMALL BUSINESSES IN THE NATIONAL SIMPLES REGIME

Rafaela da Silva Portella¹
Elizeu Luiz Toporoski²

RESUMO

O presente artigo visa demonstrar como deve ocorrer a tributação para empresas de pequeno porte enquadradas no regime do simples nacional, sendo que a criação do referido regime tem como objetivo trazer diversos benefícios, a fim de tornar a tributação mais simplificada, para que empresas menores consigam expandir economicamente. A tributação no simples nacional ocorre de forma unificada, englobando diversos tributos em uma única guia de pagamento, todavia, mesmo com um regime tributário mais benéfico, as empresas ainda enfrentam problemas na rotina tributária. Utilizando a pesquisa através do método dedutivo, pode-se verificar que muitas empresas são prejudicadas pelo pagamento indevido ou a maior de tributos, sendo que este pagamento pode ser ressarcido às empresas, conforme preceitua a constituição federal e o código tributário nacional.

Palavras-chave: tributação; empresa; SIMPLES Nacional; restituir.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate how taxation should occur for small-sized companies filled with the national simples regime, being that the creation of the referred regime is aimed to bring many benefits, in order to make taxation more simplified, so that smaller companies can expand economically. Taxation in simples nacional occurs in a unified way, including various taxes in a single payment book, however, even with a more beneficial tax regime, companies still face problems in the tax routine. Using research through the deductive method, it can be verified that many companies are harmful by undue or excess payment of taxes, and this payment can be refunded to companies, as provided by the federal constitution and the national tax code.

Key words: taxation; company; Simple National; refund.

¹Acadêmica de Direito. Universidade do Contestado. Mafra. Santa Catarina. Brasil. E-mail: rafaela.portella@outlook.com

²Mestre em Direito. Centro Universitário Autônomo do Brasil. Pesquisador da Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: elizeu.toporoski@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1283-9094>.

Artigo recebido em: 12/09/2023

Artigo aceito em: 18/10/2023

Artigo publicado em: 04/12/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.5017>

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a criação de empresas vem crescendo no Brasil, sendo que muitas são reconhecidas como de Pequeno Porte, consoante ao cumprimento de alguns requisitos, podendo se enquadrar no regime tributário do Simples Nacional.

A instituição do regime tributário do Simples Nacional surgiu com o objetivo de unificar e simplificar a apuração dos tributos devidos pelas micro empresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), todavia, em que pese a criação do referido regime tenha o intuito de facilitar a rotina contábil e tributária, as diversas normativas e regulamentações acerca dos tributos e contribuições que as empresas devem realizar mensalmente, causam inúmeras dúvidas e entendimentos incorretos referentes a sua aplicação prática.

O Simples Nacional, embora simplifique a tributação para essas empresas, não isenta a necessidade de atenção minuciosa às questões fiscais. A revisão tributária abrangente e criteriosa não apenas garante o cumprimento das obrigações legais, mas também pode resultar em economias significativas e na otimização dos recursos financeiros das pequenas empresas.

Esta análise abordará a importância da revisão tributária para empresas de pequeno porte no regime do Simples Nacional, destacando seus benefícios e evidenciando porque essa prática se configura como de grande importância à adequação das empresas à legislação tributária brasileira.

O lançamento incorreto no momento da apuração do tributo pode ocasionar pagamentos a maior do que o efetivamente devido, ou até mesmo pagamentos indevidos. Ressalta-se que o lançamento correto deve ser realizado em conformidade com a legislação vigente, sendo que a segregação de receitas tributáveis e não tributáveis deverá ocorrer aplicando os benefícios fiscais de forma correta.

Ocorre que a Constituição Federal e a legislação amparam o contribuinte, a fim de que ele possa obter o ressarcimento de todo tributo que pagar indevidamente, visando respeitar o princípio da isonomia, haja vista que os órgãos competentes

detêm o poder de cobrar os valores que os contribuintes deixarem de pagar aos cofres públicos.

Ainda, o Simples Nacional foi criado para beneficiar empresas menores, mas ainda sim possuem situações em que o contribuinte pode incorrer em inexatidões que o prejudiquem.

A recuperação de tributos pagos indevidamente é um direito garantido aos contribuintes quando ocorrem equívocos no recolhimento. Quando um tributo é pago a maior, indevidamente ou de forma equivocada, é possível solicitar sua restituição ou compensação.

À vista disso, o presente artigo visa demonstrar a aplicação da garantia e proteção aos contribuintes que estão enquadrados no regime do Simples Nacional, em que mesmo ocorrendo pagamento indevido de tributos, a legislação garante o ressarcimento justo e eficaz por quem for de direito.

2 AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

As empresas de pequeno porte, conhecidas como EPP, são regidas pela Lei Complementar nº 139/2011, Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Lei Complementar nº 108/21, aumentando o teto de faturamento para o limite no enquadramento do regime tributário do Simples Nacional. As Empresas de Pequeno Porte passaram de um teto de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8.694.804,31 (oito milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta e um centavos), tendo sua vigência iniciada a partir do ano de 2023. O Deputado Federal Marco Bertaiolli (2022) argumenta que os novos valores acompanham a inflação (IPCA) desde 2006 até março de 2022, a fim de evitar que as empresas desenquadrem do regime tributário do Simples Nacional por consequências da inflação econômica.

A criação das EPPs com um regime tributário diferenciado é bem resumida pelas palavras de Marco Aurélio Greco (2019), ao dizer que o Direito Tributário se transformou em “um conjunto das regras que disciplinam o exercício do poder de tributar como instrumento de proteção ao cidadão contra o Estado.” A implementação de medidas de apoio específicas, como incentivos fiscais, linhas de crédito

preferenciais e simplificação de regulamentações, visa fortalecer o ambiente de negócios para essas empresas.

Fernando de Almeida Santos (2014) retrata que as empresas de pequeno porte são fundamentais para a evolução da estrutura econômica e financeira do Brasil. Segundo Zanluchi Bassoli (2006), o texto constitucional confere às empresas de pequeno porte a garantia de alcançarem o tratamento favorecido que as beneficiem em face às obrigações tributárias, assim podendo contribuir com o estado sem se prejudicar perante as empresas de portes maiores.

Para Lúcio Fabretti (2019) o planejamento tributário é o meio aplicável para determinar qual regime tributário mais adequado para a empresa, sendo um dos grandes benefícios das empresas de pequeno porte se enquadrarem no regime tributário do Simples Nacional, sendo que este regime traz benefícios às pequenas empresas, as ajudando no cenário comercial e/ou industrial, de acordo com sua capacidade econômica. Ainda, Fabretti retrata que o planejamento tributário nas empresas de pequeno porte acarreta importantes reduções de carga tributária, de modo a realizar a adequação de obrigações acessórias e utilização de benefícios fiscais.

3 A INSTITUIÇÃO DO REGIME DE APURAÇÃO DE TRIBUTOS NO SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional é um regime tributário simplificado regido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que beneficia empresas de pequeno porte, abrangendo diversos segmentos de atividades empresariais, como comércio, indústria e prestação de serviços.

O artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, prevê que empresas de pequeno porte poderão ser enquadradas no regime do Simples Nacional se possuírem, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Além disso, segundo César Zanluchi e Marlene Kempfer (2006), existem algumas restrições, como a inclusão de sócios estrangeiros e a falta de regularidade fiscal, no caso, débitos fiscais em cobrança pelos órgãos responsáveis.

Sérgio Renato Tejada Garcia, juiz federal, cita que:

Em brevíssimas palavras, pode ser dito que o Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), abrangendo a participação de todos os entes federados, ou seja, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios (GARCIA, 2015).

Uma das principais vantagens deste regime tributário é a simplificação do cálculo e recolhimento dos tributos. Ao invés de apurar diferentes tributos federais, estaduais e municipais, a empresa recolhe um único documento, conhecido como Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que engloba: o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Serviços (ISS), o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP). Para Marins e Bertoldi, essa simplificação garante ao contribuinte um regime de tratamento favorecido, afirmando que:

O regime especial de tributação por estimativa objetiva, constituído em microssistema tributário, material, forma e processual, que unifica a fiscalização, o lançamento e a arrecadação de determinados impostos a fiscalização, o lançamento e a arrecadação de determinados impostos e contribuições de competência dos Entes Federados, é aplicável opcionalmente às microempresas e empresas de pequeno porte, com o escopo de garantia a estes contribuintes tratamento fiscal diferenciado e favorecido, em caráter parcialmente substitutivo ao regime geral e compulsório (MARINI; BERTOLDI, 2007, p. 68).

Já a aplicação da alíquota (percentual) incidente sobre os valores apurados como base de cálculo para tributação, se dão de forma progressiva, em observância ao valor da receita auferida pela empresa, respeitando a capacidade contributiva de cada contribuinte, como explica Caroline Said Dias:

No SIMPLES, o princípio da capacidade contributiva ficou resguardado. A progressividade neste novo sistema de tributação atenta satisfatoriamente à capacidade econômica dos contribuintes, como ensina Hugo de Brito Machado, citando Fritz Newmark: 'O tema da tributação progressiva tem sido ponto de duradouras e fundas divergências. Parece-nos, todavia, que o tributo progressivo na verdade é o que mais adequadamente alcança a capacidade econômica das pessoas. Por isso, em atenção ao princípio da isonomia, diremos que o melhor critério discriminador, em se tratando de estabelecer normas de tributação, é o da capacidade econômica. Ainda que não seja possível adaptar-se com exatidão o dever fiscal individual à capacidade contributiva de cada contribuinte, a alíquota progressiva cumpre

melhor que a proporcional o princípio da capacidade contributiva (DIAS, 2008. p. 18).

Nas palavras do Ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 627.453, o Simples Nacional foi criado a partir da necessidade de garantir o direito constitucional que traz benefícios às empresas de pequeno porte, objetivando a redução das obrigações principais e acessórias, respeitando o princípio da capacidade contributiva. Tal afirmação encontra-se baseada na própria Constituição Federal do Brasil, nos artigos 170, IX e 179:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios

[...]

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995).

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Ainda, o Ministro expõe uma explicação notável sobre a criação do referido regime, assim dizendo:

O Simples Nacional surgiu da premente necessidade de se fazer com que o sistema tributário nacional concretizasse as diretrizes constitucionais do favorecimento às microempresas e às empresas de pequeno porte. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em consonância com as diretrizes traçadas pelos arts. 146, III, d, e parágrafo único; 170, IX; e 179 da Constituição Federal, visa à simplificação e à redução das obrigações dessas empresas, conferindo a elas um tratamento jurídico diferenciado, o qual guarda, ainda, perfeita consonância com os princípios da capacidade contributiva e da isonomia.

À vista disso, Luciano Amaro (2018-2023) leciona que o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte, previsto no artigo 179 da Constituição Federal, é cabível no cenário da tributação, seja na extinção ou redução da carga tributária.

Ainda, como bem dito por Roque Antonio Carraza (2023), o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte demonstra a extrafiscalidade dos tributos. A Constituição Federal tem como objetivo a continuidade e também o crescimento das pequenas empresas, sendo que a simplificação das obrigações é ferramenta constitucional que as favorece. Andrei Pitten Velosso (2007), retrata que esse cenário é consequência do cumprimento do princípio da isonomia, afirmando que a simplificação é elemento de aplicação da justiça tributária.

Nas palavras de José Wilson Macedo AS (1986), percebe-se que o princípio da capacidade contributiva é amplamente cabível às pequenas empresas, possuindo regime de tributação menos custoso, sendo que com a instituição do regime tributário do Simples Nacional, as empresas de pequeno porte podem concentrar seus esforços no desenvolvimento de seus negócios, sem a necessidade de lidar com a complexidade tributária como em outros regimes de apuração.

Ainda, Sérgio Karkache (2010) relata que as empresas possuem várias obrigações tributárias. O SEBRAE publicou uma pesquisa identificando que o segundo motivo para o encerramento de empresas de pequeno porte é a carga tributária elevada, demonstrando que mesmo em um regime mais benéfico como o Simples Nacional, os contribuintes necessitam de um planejamento técnico bem fundamentado para que o cumprimento das obrigações tributárias se dê em conformidade com a legislação vigente. Deste modo, existem mecanismos de recuperação de valores pagos indevidamente, fazendo com que mesmo que haja a tributação indevida, a lei garanta ao contribuinte que revise seus lançamentos e tenha ressarcido o que foi pago de forma equivocada, conforme previsto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional.

4 A SEGREGAÇÃO DE RECEITAS NO REGIME DO SIMPLES NACIONAL E A OCORRÊNCIA DE PAGAMENTOS INDEVIDOS DE TRIBUTOS

A segregação de receitas no regime do Simples Nacional está relacionada a correta classificação das receitas auferidas pela empresa, visando a aplicação das alíquotas adequadas e o cumprimento das obrigações fiscais previstas na legislação.

Luis Eduardo Schoueri (2022) explica que a separação das receitas ocorre através de um sistema eletrônico disponibilizado pela Receita Federal do Brasil, onde

deve haver a separação de receitas tributáveis e não tributáveis, isentas e não isentas de pagamento do tributo. Ainda, Bernardo Ribeiro de Moraes (1996) retrata que a isenção tributária se enquadra como um benefício concedido pela legislação que dispensa o contribuinte de pagar determinado tributo, mesmo que exista um fato gerador tributável, a lei concede a isenção do pagamento.

Silas Santiago (2011) entende que a segregação das receitas é a separação e classificação de valores para que cada parte tenha o tratamento adequado, sendo o enquadramento correto de cada parcela da receita auferida conforme os preceitos da Lei Complementar nº 123 de 2006, permitindo alterações na base de incidência de determinados tributos

Humberto Ávila (2013) menciona que a lei complementar tem como objetivo definir o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte, inclusive através de regimes especiais para o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e das contribuições ao PIS/PASEP (Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e à COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

No entanto, é importante ressaltar que a segregação de receitas no Simples Nacional pode apresentar desafios para as empresas, principalmente àquelas que possuem uma diversidade de atividades econômicas.

A correta identificação e classificação das receitas demandam conhecimento das normas tributárias e a devida atenção às especificidades de cada atividade. Além disso, as empresas devem estar atentas às atualizações da legislação no decorrer do tempo, haja vista que em determinadas situações o problema não decorre da tributação em si, mas sim de obrigações acessórias secundárias, como registro de documentação fiscal, que podem acarretar na divergência de informações e consequentemente o pagamento indevido de tributos (PRIA, 2022).

Para José Hable (2017), Auditor Fiscal da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, as principais causas de pagamento indevido de tributos são o pagamento a maior ou em duplicidade por erros de cálculos; o direcionamento incorreto do ente tributante; o pagamento de tributo considerado ilegal e o pagamento de tributo que possui imunidade ou isenção.

A segregação de receitas no regime do Simples Nacional é um procedimento essencial para manter a conformidade fiscal e a garantia da efetividade de aplicação

prática do princípio da capacidade contributiva, o qual é expressamente previsto na Constituição Federal, no § 1º do artigo 145:

Art. 145 [...]

§1º. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Para Grupenmacher (1997) e Pablo Baldivieso (2021), a capacidade contributiva tem como limite mínimo o mínimo existencial, vinculando-se à dignidade da pessoa humana, e como limite máximo a vedação da cobrança de tributo com efeitos confiscatórios. Nas palavras de Nogueira:

Ninguém é obrigado a escolher, entre várias formas possíveis, aquela que seja sujeita a impostos mais altos [...], pois a possibilidade de uma estruturação, que em face da legislação tributária seja mais favorável, corresponde ao interesse justo do contribuinte, reconhecido pela ordem jurídica (NOGUEIRA. 2003, p. 202).

Regina Helena Costa (2012) cita como exemplo que a inobservância do princípio da capacidade contributiva pode onerar de forma prejudicial as pequenas empresas, beneficiando indiretamente empresas maiores, que, em regra, possuem uma capacidade contributiva mais elevada que se comparadas com as EPP. O correto enquadramento das receitas e a aplicação das alíquotas adequadas contribuem para a justa tributação das micro e pequenas empresas. Quando a segregação de receitas tributáveis e não tributáveis ocorre de maneira incorreta, causando pagamentos indevidos ou a maior pelas empresas de pequeno porte, a garantia e proteção do regime diferenciado a fim de beneficiar tais empresas resta prejudicado.

Ainda, Alexsander Valadão (2013) pontua a importância do regime diferenciado às empresas de pequeno porte:

[...] se pode observar no texto constitucional vários comandos para que se estabeleçam regimes diferenciados das empresas, voltados à proteção e estímulo à sobrevivência das empresas menores, impondo-lhes distinção tributária, quando em comparação com as empresas que revelam integral capacidade contributiva. É o caso, v.g., do que se extrai da dicção expressa do artigo 146, III, d. ou do artigo 170, IX; bomo como do artigo 179; todos da Carta Magna, que determina, portanto, em mais de uma oportunidade, a imposição de mecanismos e regimes diferenciados, relacionados às

empresas de pequeno porte (EPP) e micro-empresas (ME), que fazem, por isso, jus a uma tributação mais justa, no sentido de satisfazer e proteger esse mínimo material indispensável para a existência e funcionamento da pessoa mora, protegido nesse caso, de forma indireta e oblíqua. (VALADÃO. 2013, p. 308-309).

A unificação de apuração dos tributos no regime do Simples Nacional, com o intuito de facilitar a análise contábil e tributária, pode causar certa confusão devido as especificidades de cada tributo, regulamentos e normas abrangidas. Carlos Renato Cunha (2016) expõe que uma das principais causas de pagamentos indevidos de tributos está relacionada à complexidade do sistema tributário. As empresas podem encontrar dificuldades em interpretar corretamente as leis fiscais e as regras específicas aplicáveis às suas apurações. Essa falta de clareza pode levar a erros no cálculo e no pagamento dos tributos. Ainda, argumenta que a forma de tributação das ME e EPP possuem exaustivos enunciados, com inúmeras regras e exceções, com variadas modificações ano a ano, de modo que o funcionamento de um sistema "simples", se torna, na realidade, não tão simples assim caso não haja a devida atenção.

O autor ainda retrata que a forma de cálculo do Simples Nacional não é totalmente descomplicada, mas sim possui alta complexidade à vista das normativas e regulamentações abrangidas, contribuindo para pagamentos indevidos consoante a falta de conhecimento sobre os benefícios fiscais e as isenções disponíveis às EPP enquadradas no regime de apurações do Simples Nacional.

5 O DIREITO AO RESSARCIMENTO DE TRIBUTOS PAGOS DE FORMA INDEVIDA

O direito ao ressarcimento de tributos pagos de forma indevida é uma garantia assegurada em lei aos contribuintes, com o objetivo de restituir valores que foram recolhidos além do devido ou em situações em que o pagamento se quer era devido. A base legal principal do direito de restituição dos valores pagos indevidamente é a própria Constituição Federal, que conforme o artigo 150, I, traz os princípios da legalidade e da tipicidade, a fim de respeitar os limites constitucionais de tributação.

O artigo 165 do Código Tributário Nacional traz expressamente o direito ao contribuinte ressarcir valores que pagos de forma indevida.

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:
I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
II - erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Para fazer valer o direito ao ressarcimento, o contribuinte deve seguir os procedimentos estabelecidos pela legislação fiscal. A tributação que ocorre de forma indevida, ilegal ou a maior, deverá ter os valores restituídos por quem for de direito. Quando o tributo for ilegal, desobedecendo às leis tributárias, cabe ao contribuinte a restituição de qualquer valor pago indevidamente. Nas palavras de Fabio Hassen Ismael:

A Constituição Federal, ao atribuir poderes de tributação e repartir as competências tributárias, enumerou várias limitações a esses poderes e competências. Como exemplo, os princípios da legalidade, da igualdade, da anterioridade, da capacidade contributiva. Essas limitações não foram formuladas ao acaso, são garantias do contribuinte, em especial ao direito de propriedade, resultando que o Estado deve seguir parâmetros rígidos quando pretender transferir parte da riqueza privada para seus cofres. Nesse passo, uma obrigação tributária, acessória ou principal, que não lhes obedecer viola a ordem jurídica, e o tributo exigido fora dos ditames constitucionais e legais tem como consequência sua inexigibilidade; caso pago, deve ser restituído, pois não há causa jurídica para a exigência tributária. (ISMAEL, 2014).

A legislação cria mecanismos tributários de arrecadação, mas também de proteção ao contribuinte, conforme cita Regina Helena Costa (2007), a praticabilidade “há de atuar para de um lado, viabilizar a imprescindível geração da receita tributária e, de outro, propiciar ao contribuinte o cumprimento, eficiente e sem demasiados ônus, de suas obrigações e deveres fiscais”.

Em suma, o direito ao ressarcimento de tributos pagos de forma indevida é uma garantia dos contribuintes, assegurando que valores recolhidos além do devido sejam restituídos.

No julgamento do Recurso Especial 1.318.163/PR, em 2014, pelo Superior Tribunal de Justiça, José Luís Ribeiro reforçou o enunciado no Código Tributário Nacional, nas seguintes palavras:

Na hipótese de o sujeito passivo realizar o pagamento indevido de um tributo, terá ele direito, independentemente de prévio protesto, à restituição do valor correspondente, seja qual tiver sido a modalidade do recolhimento, exceção feita apenas ao caso de perda ou destruição de estampilha.

José Hable (2017), Auditor Fiscal da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, vislumbra sobre o ressarcimento de tributos pagos indevidamente:

O principal fundamento para a sua restituição está na ausência de causa jurídica para a cobrança pela Fazenda Pública, com amparo no princípio do enriquecimento ilícito ou sem causa, que é norma geral de repúdio ao locupletamento, e que gera direito a devolução (HABLE, 2017).

O direito ao ressarcimento de tributos pagos de forma indevida também se aplica ao Simples Nacional, regime tributário simplificado destinado às micro e pequenas empresas. No âmbito do Simples Nacional, o direito ao ressarcimento surge quando a empresa efetua o pagamento além do valor devido, seja por um equívoco no cálculo dos impostos ou pela falta de conhecimento das regras específicas do regime. José Morschbacher (1999) retrata que:

O direito à restituição daquilo que se pagou indevidamente ao erário a título de tributo repousa, sem sombra de dúvidas, na própria Constituição, que se acha estruturada no sentido da valoração da iniciativa privada e, conseqüentemente, dos frutos dela havidos, e mais diretamente no respeito à propriedade privada, no seu mais amplo espectro, atendida a sua função social, tanto que é a própria Constituição que define as situações de perda da propriedade, nos casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, sempre mediante justa e prévia indenização (CF/88, art. 5º, XXIV).

[...]

Apossar-se o Estado de tributo indevido, inclusive do montante relativo à sua atualização monetária, que tão somente recompõe o valor originário, constitui, pois, ofensa à Constituição.

[...]

O Código Tributário Nacional, quando inseriu em seu texto disposições específicas sobre a restituição de tributos pagos indevidamente (arts. 165 a 169), não o fez, obviamente, para conferir direitos novos ao contribuinte, pois que estes já decorrem do sistema da Constituição, senão para cumprir funções próprias da lei complementar, hoje atribuídas a ela pelo artigo 146, inciso III, da Constituição, de 'estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária'. Fê-lo, sem dúvidas, no intuito e na incumbência de traçar interpretações e procedimentos os mais possíveis uniformes em todo o território nacional, considerando, especialmente, a existência de três entidades políticas distintas e, mesmo dentro destas, o grande número de estados e o infinito número de municípios, com isso procurando pôr a salvo os cidadãos contra inúmeros e muitas vezes abusivos entendimentos diferentes com respeito à mesma matéria (MORSCHBACHER, 1999, p. 251-285).

O ressarcimento de tributos pagos de forma indevida claramente tem forte atuação no cenário do direito das empresas de pequeno porte, ao passo que impedem o enriquecimento ilícito do fisco, garantindo o respeito ao direito líquido e certo dos que contribuem aos cofres públicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição do Regime de Apuração de Tributos no Simples Nacional representa um avanço importante para a simplificação e a adequação das obrigações fiscais das micro e pequenas empresas. Ao proporcionar uma abordagem unificada e progressiva para o recolhimento de tributos, esse regime contribui para a promoção de um ambiente empresarial mais acessível, justo e favorável ao crescimento econômico, respeitando os princípios da isonomia e da capacidade contributiva.

No entanto, nota-se ser essencial que as empresas realizem seus lançamentos de forma adequada com a legislação em vigor, analisando corretamente a aplicação da tributação e dos benefícios da apuração no regime do Simples Nacional. A segregação de receitas no Regime do Simples Nacional é um elemento chave para a tributação adequada e justa das empresas. Ainda, a correta aplicação das alíquotas de acordo com as atividades desempenhadas é fundamental para evitar pagamentos indevidos de tributos, preservando a saúde financeira e tributária da empresa.

Em resumo, a revisão tributária se apresenta como um instrumento de extrema relevância para as empresas de pequeno porte enquadradas no regime do Simples Nacional. Através dessa análise minuciosa das obrigações fiscais e dos possíveis benefícios fiscais, as empresas podem otimizar sua carga tributária, garantindo a conformidade com a legislação vigente e promovendo a sustentabilidade financeira. A revisão tributária não apenas proporciona oportunidades de economia, mas também confere maior tranquilidade às empresas, permitindo que possam focar em seu crescimento e desenvolvimento de forma mais sólida e segura.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 23.ed. São Paulo: Saraiva Jus, 2018.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 25 ed. São Paulo: Saraiva Jus, 2023.

ÁVILA, Humberto. **Sistema constitucional tributário**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BALDIVIESO, Pablo Enrique Carneiro. **Capacidade contributiva**. Curitiba. Editora Juará. 2021.

BASSOLI, Marlene Kempfer. ZANLUCHI, César Maurício. A Tributação Diferenciada para Pequenas Empresas: Mecanismo para Positivar Valores e Princípios Econômico Constitucionais, **Argumentum Revista de Direito**, n. 6, p. 133 – 136., 2006

BERTAIOOLI, Marco. Deputado Federal. **Projeto de Lei Complementar 108/21**. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar n. 123**, de 14 de dezembro de 2006.

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Código Tributário Nacional. Brasília: Senado, 1966.

BRASIL. Receita Federal. **Portal do Simples Nacional**. Disponível em: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Default.aspx>

CARRAZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

COSTA, Regina Helena. **Praticabilidade e justiça tributária: exequibilidade de lei tributária e direitos do contribuinte**. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

COSTA, Regina Helena. **Princípio da capacidade contributiva**. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

CUNHA, Carlos Renato; ESTEVES, João Luiz Martins. O tratamento tributário diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte e a ordem econômica na Constituição da República de 1988. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 20. 2016.

DIAS, Caroline Said. **O Regime do Simples Federal**.

FABRETTI, Láudio Camargo. **As micro e pequenas empresas e o Simples Nacional**. São Paulo: Atlas, 2019.

GARCIA, Sérgio Renato Tejada. Tributação pelo Simples Nacional – alguns aspectos controversos. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 65, abr. 2015. Disponível em: https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao065/Sergio_Garcia.html

GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento tributário**. 4 ed. Quartier Latin. 2019.

GRUPENMACHER, Betina Treiger. **Eficácia e aplicabilidade das limitações constitucionais ao poder de tributar**. São Paulo: Resenha Tributária. 1997.

HABLE, José. A repetição do indébito tributário: o pedido de devolução de tributo pago indevidamente.: Indaga-se: Quais são os critérios a serem cumpridos e analisados, tanto pelo fisco quanto pelo contribuinte, diante de um tributo pago indevidamente?. **Revista Jus Navigandi**, 29 set. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58288/a-repeticao-do-indebito-tributario-o-pedido-de-devolucao-de-tributo-pago-indevidamente>

ISMAEL, Fabio Hassen. Aspectos relevantes do prazo para pleitear a repetição de indébito do imposto de renda da pessoa física. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre. 2014. Disponível em: https://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao065/Fabio_Ismael.html

KARKACHE, Sérgio. **Princípio do tratamento favorecido**: O direito das empresas de pequeno porte a uma carga tributária menor. 2010, p. 11-12.

MARINS, James; BERTOLDI, Marcelo M. **Simples Nacional**: Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. **Compêndio de direito tributário**. 5.ed. Editora Forense, 1996, v. 1.

MORSCHBACHER, José. **Repetição do indébito tributário e compensação. Repetição do indébito e compensação no direito tributário**. São Paulo: Dialética; Fortaleza: Instituto Cearense de Estudos Tributários – ICET, 1999.

NOGUEIRA, Rui Barbosa. **Curso de direito tributário**. 5.ed. São Paulo: Saraiva. 2003.

PRIA, Rodrigo Dalla; SANTOS, Viviane Vieira dos. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, 2022.

RIBEIRO, José Luís. Superior Tribunal de Justiça. **Julgamento do REsp 1.318.163/PR - 2012/00706691-6**. Relator Ministro Benedito Gonçalves. Data de Julgamento: 20/05/2014. T1 – primeira turma. Data de Publicação: 2014.

SA, Jose Wilson Macedo. Estatuto da microempresa: Aspectos jurídico-tributários. **Revista de Direito Público**, São Paulo. p. 209-216. jan./mar. 1986.

SANTIAGO, Silas. Simples Nacional. **O exemplo do federalismo brasileiro**. São Paulo. Saraiva. 2011.

SANTOS, Fernando de Almeida. **Contabilidade**: com ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito Tributário**. 11.ed. São Paulo: Saraiva Jur. 2022, p. 378.

TOFFOLI, Dias. Superior Tribunal Federal. **Julgamento do RE n. 627543**. Tema 363. 2014.

VALADÃO. Alexsander Roberto Alves. **Espécies tributárias e o mínimo existencial**. Curitiba: Juruá Editora, 2023.

VELLOSO, Andrei Pitten. Fundamentos e limites constitucionais da simplificação tributária: análise sistemática à luz dos aportes doutrinários e jurisprudenciais alemães. **Revista de Doutrina TRF4**, 2007. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/29438>

VIEIRA. José Roberto. **Denúncia Espontânea e multa moratória**: confissão e crise na jurisdição administrativa. Curitiba: Juruá Ed., 2008.